



FL. Nº  
Anexo – notas taquigráficas  
Proc. nº  
CMSP – NOME DA CPI  
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO  
AMBIENTE**

**PRESIDENTE: ANDREA MATARAZZO**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 12-09-13

**OBSERVAÇÕES:**

- Notas taquigráficas sem revisão
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Documento lido a ser encaixado pela Secretaria da Comissão
- Gravação interrompida

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Boa noite a todos. Na qualidade de Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 20ª audiência pública do ano de 2013.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço: [www.camara.sp.gov.br](http://www.camara.sp.gov.br), link Auditórios On-Line.

Falarei um pouco sobre o roteiro dessa reunião e o Vereador Nabil Bonduki fará uma apresentação de como foram os trabalhos até agora, para chegarmos nesse substitutivo, depois, daremos a palavra aos Vereadores presentes.

Cumprimento os Vereadores Eduardo Tuma; José Police Neto; Paulo Frange, Vice-Presidente dessa Comissão; Nabil Bonduki; Calvo; Ricardo Nunes e o sempre Vereador Claudio Prado.

Depois de muitas audiências públicas, conseguimos avançar bastante na questão da Operação Urbana Água Branca. Acho que isso se deve muito ao trabalho dos corpos técnicos dos nossos gabinetes e da Comissão e da disposição dos Vereadores em despolitizarem a discussão e se aterem às questões técnicas e, principalmente, às demandas da sociedade. O Executivo teve a flexibilidade necessária, inclusive, nas prorrogações de prazo, quando pedimos em função de novas audiências públicas que queríamos fazer.

Sei que existem ainda alguns problemas, aos quais não tinha total concordância, mas é importante saber ceder para se chegar a um objetivo principal. Tenho preocupação com a judicialização de alguns pontos. Essa era minha grande preocupação e, nesse sentido, é que digo existir alguns pontos como o próprio conceito de perímetro expandido, que é nova, a inclusão de algumas prioridades com recursos da lei atual, quando as ações não estavam previstas e a remuneração excessiva, principalmente, para a gestão da Operação Urbana.

Sem dúvida alguma, o projeto está muito melhor do que o original. Podemos citar como grandes conquistas e melhorias a garantia de que os recursos da lei atual servirão a

seus objetivos, de forma garantida, e se faltarem recursos, esses serão providos pela nova lei. As Habitações de Interesse Social da População residente na área serão prioridade na lei em vigor e nos recursos das cinco mil habitações da nova lei. O prolongamento da Av. Auro de Moura Andrade está definido de forma a permitir uma solução mais ampla e o compromisso de implantação de um conjunto mínimo de equipamentos, como escolas e UBSs.

Depois desta audiência e da discussão em Plenário, algumas emendas ainda serão possíveis. Esse é o lado interessante, quer dizer, ainda pode ser aperfeiçoado, pode ser melhorado por meio das emendas - ou piorar, é que sempre procuramos manter um certo otimismo e, dentro do nosso papel, votar contra algo que piore o projeto.

Agradeço muito a participação de todos nas audiências públicas, aos Vereadores e as equipes técnicas dessa Comissão de Política Urbana e até ao Executivo pela participação e colaboração nas melhorias. Convido o Weber, Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e o Gustavo, da SP Urbanismo para compor a Mesa. O Weber é uma das pessoas que mais conhecem a legislação, que vi ultimamente.

Agradeço muito a presença de vocês e o apoio que têm dado, principalmente, a participação de todos vocês na melhoria desse projeto, no interesse com relação à região e à melhoria dessa Operação Urbana, que há tanto tempo está parada e esperamos que consigamos fazer com que ela entre em operação trazendo os benefícios para qual ela se propõe.

Com a palavra o Vereador Nabil Bonduki.

**O SR. NABIL BONDUKI** – Boa noite a todos e a todas. Faço minha as palavras do Vereador Andrea Matarazzo. O trabalho realizado foi muito consistente, de vários Vereadores, da Comissão, com colaboração de suas Assessorias e da Secretaria de Desenvolvimento Urbano.

Não farei uma apresentação longa, como a outra, pelo contrário, a ideia é fazer uma apresentação bem mais curta. Todos vêm acompanhando esse processo, mas vamos

relembrar algumas questões do substitutivo, que foi publicado há quase uma semana, no *site* da Câmara – isso é muito importante, porque dá transparência ao processo. Como o Presidente, Vereador Andrea Matarazzo, já se referiu, o que vier a ser votado não significa que seja, exatamente, o que está no substitutivo, porque podem haver emendas de Plenário. Acho que estamos muito próximos daquilo que vai ser efetivamente votado.

Vereador Andrea, está presente o Promotor Carramenha. Poderíamos convidá-lo para compor a Mesa. Ele solicitou que, após a publicação do substitutivo, fosse realizada a audiência pública. Essa, que é a última programada, se faz depois da publicação, dando tempo para que todos pudessem ler e conhecer.

Vou rapidamente passar algumas explicações gerais da área, depois, do processo e algo muito rápido da proposta.

- O Sr. Nabil Bonduki passa a referir-se às imagens na tela de projeção.

**O SR. NABIL BONDUKI** – Esse é o perímetro *stricto sensu*, o de arrecadação da Operação. É uma área, como se pode ver, pouco ocupada entre – grosso modo – a Av. Francisco Matarazzo e a Marginal do Pinheiros, entre a ponte da Casa Verde e a Av. Santa Marina, cortada pela estrada de ferro.

Vocês podem ver o Jardim das Perdizes, os Centros de Treinamento do São Paulo e do Palmeiras, onde está prevista a implantação de um parque, a Marginal do Pinheiros e a Francisco Matarazzo. Essa região é de baixíssima densidade, atualmente com 25 habitantes por hectare e constitui, talvez, a última região de grande extensão ainda pouco ocupado no Centro expandido da Cidade, por isso a importância dela. Tem um potencial, um valor para a Cidade muito grande neste momento.

Esta é a Avenida Marquês de São Vicente vista de outro ângulo. Aqui vemos alguns prédios novos do lado direito ainda em construção.

A tramitação do PL 505/12, na Câmara Municipal de São Paulo, começou em dezembro de 2012. A primeira votação ocorreu em abril de 2013 e a partir daí se abriu o

processo de debate nos cinco meses seguintes, quando foram feitas audiências públicas e reuniões.

Foram quatro reuniões técnicas, públicas e cinco audiências públicas gerais. Houve também uma visita técnica. Fora essas, houve várias outras reuniões com grupos menores e até da própria assessoria. Esse processo foi de bastante discussão.

Essas são algumas imagens. Tivemos reuniões menores e outras muito grandes, como esta no Memorial da América Latina, com 1200 pessoas mais ou menos, e várias outras reuniões que mobilizaram muitas outras pessoas.

Estas são imagens da visita técnica na região da Água Branca que possui uma série de problemas urbanos.

Estes são os vários documentos protocolados na Comissão ao longo desse processo todo. Não vou citar todos, mas tivemos três documentos do Ministério Público, documentos de associações, de pessoas físicas, de movimento de moradores e várias entidades que apresentaram propostas e nós, de alguma maneira, consideramos todos esses documentos no substitutivo.

As principais alterações. Houve pequena alteração no perímetro expandido, como foi amplamente discutido, temos o *stricto sensu* no qual serão feitas alterações do ponto de vista de uso e ocupação do solo, que é o perímetro de arrecadação, e o perímetro expandido que diz respeito à aplicação dos recursos. Então, foi feita uma pequena alteração ao Sul para pegar as cabeceiras dos córregos que estão envolvidos no Plano de Obras de Drenagem. Essa foi uma alteração.

No lado Norte não houve alteração. Ele envolve uma boa parte dos bairros da zona Norte da Cidade.

Este é o perímetro que foi alterado e incluído no substitutivo. Embora tenha sido sugestão nossa, foi a Secretaria de Desenvolvimento Urbano que elaborou e apoiou o trabalho todo.

Outra proposta que veio da discussão foi a separação dos recursos já arrecadados da Operação Urbana Água Branca, da Lei 11.774, dos recursos que vierem a ser aplicados. No projeto original, isso estava tudo no mesmo fundo. Agora, estão separados. Nos recursos da nova operação foi proposta a segregação de recursos. No substitutivo, chegou-se a proposta de 25%. Há discussões ainda em torno desse número, mas a princípio haverá 25% em habitações de interesse social e 75% para as demais obras. Os recursos da atual operação, compatíveis com o que estava na lei anterior.

O que ficou definido é que, caso haja sobra de recursos da Lei 11.774, passa para a conta da nova operação. Se faltarem recursos, utilizam-se recursos da nova operação para realizar obras previstas na operação antiga.

No artigo 8º, as obras previstas com recursos da operação que está em vigor até ser aprovada a lei. Depois eu até pediria para o Weber ou para o Gustavo apresentarem, porque projetos que foram aprovados recentemente entrarão na lei antiga. Então, os recursos que são de 340 milhões de reais, que estão hoje na conta atual serão acrescidos dos novos projetos aprovados.

Fundamentalmente, as obras de drenagem dos córregos Água Preta e Sumaré; reforma e requalificação do conjunto habitacional Água Branca; construção de no mínimo 630 unidades de Habitação de Interesse Social; o prolongamento da Avenida Auro Soares de Moura Andrade até a Rua Constança e outras conexões que estão no mapa.

Tem um parágrafo que diz que se não forem suficientes, serão utilizados recursos da nova operação.

Esse *slide* mostra as obras dos novos recursos: aquisição de terra e produção de habitação; reurbanização das favelas no perímetro expandido; equipamentos sociais - no mínimo dez CEIs, duas EMEIs, quatro EMEFs, uma escola de ensino médio, duas UBFs, uma Unidade Básica de Saúde com assistência médica e ambulatorial; beneficiamentos públicos, que estão nos mapas; obras de infraestrutura; ampliação e melhoria do sistema de transporte

coletivo; desapropriações; programas e ações e exigências de licenciamento ambiental e de seu programa de intervenções; transposições em desnível das ferrovias e levantamento do patrimônio cultural, material e imaterial no perímetro.

Aquisição e produção de habitação e reurbanização de favelas.

A lista de equipamentos a que já me referi. Foi uma grande reivindicação de várias audiências em função do adensamento da população.

Diz respeito à habitação para eventos de 25% de investimento além da operação atual. Então 25% da nova, 630 unidades com a lei anterior e estima-se cerca de cinco mil unidades com recursos da nova operação. Portanto, no total daria mais de cinco mil, 5.600 unidades habitacionais.

O grupo de gestão é muito importante, porque decide a prioridade das intervenções: a composição; o representante do Poder Público; SMDU; urbanismo; Siurb; transporte; habitação; meio ambiente; Coordenadoria das Subprefeituras; Secretaria de Finanças e SPObras. Esses são representantes do Poder Público, representantes da sociedade e um representante das ONGs com atuação na região; um de entidades profissionais acadêmicas; um representante de empresários; um representante de movimentos de moradia; cinco representantes de moradores ou trabalhadores, sendo pelo menos três do perímetro da Operação Urbana.

Outros aspectos da lei para aqueles que não conhecem o projeto. Estão os melhoramentos viários, todas essas vias marcadas em marrom do lado esquerdo são vias que serão ampliadas, alargadas para se ter uma largura suficiente para calçadas largas, bicicletas e veículos. No lado esquerdo, as principais conexões. A ideia do plano está relacionada com vias estruturais que atravessam transversalmente a área, que está marcada por essas flechinhas. Um dos objetivos principais é criar, porque é uma região ainda muito pouco parcelada. Então, essas aberturas de vias irão parcelar a área criando, portanto, novas ruas com uma nova qualidade urbanística.

Fica mais claro nesse mapa à direita os eixos de adensamento. Nesses eixos transversais, como são essas áreas mais escuras do lado esquerdo, são as áreas que teriam mais estímulo à verticalização e adensamento criando, portanto, alguns eixos de verticalização e dessa maneira, concentrando nessas regiões as principais obras de intervenções que seriam feitas. Ao longo, exatamente na continuidade desses eixos teríamos as pontes, as travessias que seriam preferencialmente para meios não motorizados de transporte coletivo.

Para isso, foram criados do outro lado do rio os perímetros de integração. Como haverá as intervenções nessas áreas serão feitas as alterações necessárias para poder fazer as travessias e se concentrar com o outro lado.

Voltando ao *slide* anterior, para ficar claro, nesses corredores foram definidos os perímetros que no projeto original estavam desenhados, mas não estavam delimitados. Como já tivemos problemas em outras operações urbanas, o Ministério Público tem acompanhado os problemas em outras operações urbanas. Quando os limites não ficam claramente definidos geram uma série de imprecisões, que depois têm de ser interpretados pela CTLU. Propusemos essa delimitação e foi acatada pela Secretaria. Foram delimitados esses perímetros para não gerar nenhum tipo de problema na hora da aplicação da lei.

Exatamente nesses eixos – essa é uma configuração de simulação – teríamos ao longo dos córregos os parques lineares, que dariam maior abertura para essas áreas verdes, que estão ao longo desses eixos.

Vemos outra questão importante, o parcelamento das grandes glebas. Há muitas grandes glebas que eram parceladas. Talvez o mais importante era o setor A1, um setor chamado Gleba Pompeia, uma grande gleba que precisa ser parcelada. Há a proposta de um fundo para que isso seja feito.

Outra característica é a fachada ativa, que é a criação da relação do edifício com a rua, de modo a gerar maior permeabilidade entre o espaço público e o espaço urbano, garantindo esse resultado. No térreo, fachadas com comércio, com serviços e garantindo,



portanto, um resultado muito diferenciado daquele que há em muitos condomínios fechados, que são murados em torno do edifício.

A limitação do subsolo. Portanto, se propõe apenas um subsolo, uma limitação. Há também várias reivindicações de que isso seja alterado, aumentado em função da própria demanda que existe nesse tipo de edifício. A princípio, mantivemos essa proposta de um único subsolo.

É isso. Queria dizer que essa proposta está sujeita a algumas alterações. Estamos aqui hoje para ouvir as últimas sugestões da sociedade. Já existem algumas emendas não protocoladas, mas assinadas por vereadores. Até o último minuto da discussão do projeto em plenário – esse é o regimento da Câmara – podem ser apresentadas emendas.

Então, só para deixar claro que o trabalho da Comissão, salvo outro entendimento, se encerra hoje e depois essa proposta vai estar em plenário. Depois disso, estará sujeita a outras modificações, que esperamos sejam diminutas pelo grau de consenso que se adquiriu.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Obrigado, nobre Vereador Nabil Bonduki. Tem a palavra o nobre Vereador Paulo Frange.

**O SR. PAULO FRANGE** – Sr. Presidente, há uma situação que eu gostaria que o Weber e o pessoal que está acompanhando pelo Executivo se atentassem.

- Orador passa a referir-se às imagens na tela de projeção.

**O SR. PAULO FRANGE** – Há um ponto polêmico que envolve o nosso gabinete: a situação das contas segregadas e a prioridade da utilização dos recursos do fundo.

Próximo. Aqui, entre as obras, entra em segundo lugar a reforma e a qualificação daqueles conjuntos que os senhores viram. Ao que somos absolutamente favoráveis, mas não nesse local. Uma lei absolutamente claríssima de 1995 define o fundo e a sua finalidade: a construção das 630 casas. Na minha visão, então, esse inciso II está no local equivocado.

Próximo. O fato de ir até a Rua Constança é um problema. Em todos os textos que

tínhamos, ia até a Rua Santa Marina. Como parou aqui, gostaria de verificar se não é erro de digitação, alguma troca ou realmente vai parar aqui.

Próximo. Volto a insistir que a reforma desses conjuntos é pertinente, tem que ser feita, mas não com recursos do fundo ou na ordem da prioridade. Vamos reformar conjuntos sem fazer as casas daqueles que já estão esperando há 18 anos? Portanto, recurso do fundo tem que ser para aquilo que a lei determinou ou até incluir alguma coisa nova. Agora, os recursos do Cepac, sim, podem ser utilizados para requalificar os conjuntos habitacionais de imediato, já, assim que vender o primeiro Cepac e as outras intervenções da Operação Urbana. Por isso que falamos em segregação de contas.

Essa segregação de contas tem que ficar muito clara, pois temos que construir as 630 casas com recursos específicos. Portanto, a terceira conta que eu coloco é para fazer a Habitação de Interesse Social. E só. O preço das 630 seria depositado. A partir daí, a Habitação de Interesse Social depositaria esse recurso e já começaria, com esse dinheiro novo, a fazer a reforma dos conjuntos. Mas não sem antes começar a construção das casas que estão sendo esperados há 18 anos.

Próximo. Como as três contas estão explicadas no texto, não fica claro. Acho que ainda temos que insistir como Executivo para que, na hora de votar, deixemos bem clara essa situação. Não podemos misturar dinheiro de duas origens diferentes com finalidades outras.

Próximo. Para deixar bem claro: venda de Cepac e contas do Cepac, o dinheiro é do percentual de HIS, que é 25%. Foi um grande ganho e foi a sociedade e a Comissão de Política Urbana que conseguiram isso a partir de um acordo com o Executivo. Dinheiro do fundo, então, apenas o recurso das 630 unidades de Habitação de Interesse Social.

Próximo. Cumprir a lei. A passarela de pedestres da Francisco Matarazzo e o melhoramento da Avenida Auro Soares de Moura Andrade é outro ponto polêmico.

Próximo. Construção da passarela. Mostrando bem claro: aqui está o metrô Barra Funda. A pessoa sai daqui e tem que cruzar para chegar até o Palmeiras ou até o shopping.

Próximo. Aqui o trajeto que as pessoas fazem.

Próximo. Aqui está a área de conflito. Essa passarela é importantíssima. Não concordo em aguardar a discussão com o Ministério Público, com a Justiça, arrastando-se por anos e anos, só para que essa passarela seja feita. A WTorre não vai fazer. Conhecemos com quem estamos tratando: um grande empresário. Apesar de precisarmos muito de investidores em São Paulo – são bem-vindos –, não será feita. A WTorre já cumpriu o TRAD. Nós é que aprovamos o TRAD errado. O Executivo é que errou. Nós temos que colocar isso na conta do Executivo. Passou um TRAD de um estádio desse tamanho numa das áreas mais densas de São Paulo – um absurdo! Eu não concordo.

Outro dia alguém disse – foi a Dona Antonieta e mais tantos outros: vamos emprestar o dinheiro da habitação para fazer e, quando receber, devolve. Mas a passarela tem que vir já, pois já tem um movimento muito grande por causa do shopping, e nós não podemos esperar.

Próximo: melhoramento da Alvaro Soares.

Próximo: é isso aqui, Vereador Presidente, essa região. Aqui está o Viaduto Antártica, vossa avenida. Se a gente não desapropriar e não desafogar até a Carlos Vicária, vamos ficar parados por aí. Aqui hoje já melhorou com essa pequena aberturinha, quem passa por aqui hoje já sente alívio. Imagine depois que abrir tudo isso para que a gente possa passar. Portanto, esse melhoramento tem que constar sim. É dinheiro das obras antigas. Nós temos que desapropriar e fazer isso, na prioridade, conforme está a lei.

Próximo: ponto polêmico – recongelamento dos recursos do CEPAC.

Próximo: eu não sei o que há, Vereador Nabil, tenho dúvida nesse texto “recursos arrecadados não sejam suficientes para a execução completa do programa estabelecido, o mesmo deverá ser concluído com recursos provenientes da aplicação dessa lei antes da execução de quaisquer outras intervenções”.

Não sei se a gente está tentando, dentro do preciosismo, ajustar muito a lei e se

isso não vai ser uma trava depois. A minha preocupação é que a gente não consiga cumprir o texto da lei. Aqui não é uma questão contra ou a favor. Tenho medo que a gente não dar conta de cumprir esse artigo de lei.

Próximo: cisão da Emurb. Essa eu tenho dúvida e sou contrário.

Nós aprovamos na Câmara de São Paulo a criação da São Paulo Urbanismo e São Paulo Obras dividindo a Emurb em duas: uma empresa era para fazer planejamento, projeto etc; e a outra: obras. Agora num parágrafo só estamos criando uma outra empresa. A São Paulo Urbanismo passa a ser uma baita empresa, passa a poder adquirir, alienar, promover desapropriação, firmar contrato, concessão e obra. Então, vamos ter duas SP Urbanismo ou duas SP Obras.

Acho que há atribuições que são conflitantes, e esse assunto deve ter um debate grande porque estamos criando uma outra estrutura, dando condições executivas poderosíssimas – nada contra. Acho que a São Paulo Urbanismo deve ser poderosa mesmo. São Paulo merece, mas estamos criando num artigo e isso mereceria um debate muito profundo aqui na Casa, para que a gente possa criar uma outra empresa com esse porte. Nós estamos criando aqui nesse caso.

Próximo: tivemos grandes avanços e quero cumprimentar a todos que participaram disso.

Começamos com um percentual tão pequeno de habitação de interesse social. Na lei antiga eram só 600 para tudo aquilo; vocês todos conseguiram, no mínimo, 25% dos recursos de HIS, sendo 35% para a compra de terrenos, que foi um avanço.

Próximo: outro avanço foi a permeabilidade. Vocês conseguiram ganhar e, talvez, o Plano Diretor vá buscar aqui informações para o futuro, permitindo uma redução na taxa de permeabilidade até 15%, desde que colocados os dispositivos de retenção de água. É muito importante isso. Essa área é de várzea e deveria ser para a Cidade inteira trabalharmos com 30% até 15% de permeabilidade. Foi conquista das audiências públicas, portanto, temos que

valorizar ficar aqui até tarde, sim.

Próximo: o CEPAC chegou aqui, em dezembro, a 700. Nada valorizou mais no Planeta do que o valor do CEPAC de dezembro até agora. De 700 foi para 1.400; de 800 foi para 1.600 reais, também fruto das discussões, da reflexão e de um mercado que é importante. A cidade de São Paulo é uma grande locomotiva, sim, e estava subavaliado o valor do CEPAC.

Próximo: por fim, a participação de um Fundo de Investimento, excluídos aqueles que estão hoje inscritos na dívida ativa do Município. Eu não acreditaria que poderia participar, mas ficou claro, no texto da lei, que não pode participar. Daqui a pouco, quem não tiver condição para entrar – até regulamentar a lei -, tem o parcelamento, talvez, venha a PPI até o final do ano; ele pode entrar por aqui, pode fazer o que quiser, mas não pode entrar devendo nesse processo.

Minha fala é só essa. E, no mais, é muito agradecimento pelo tanto que aprendemos com todos vocês. Pelos Membros da Comissão foi um grande aprendizado, pelos Técnicos que aqui vieram e pela Sociedade, que trouxe uma contribuição muito grande nesse processo todo.

Algumas situações que são polêmicas, não se trata de ser opositor ao processo. Acho que estamos ainda a uma semana e muito próximos de ajustar alguns pontos que nos distanciam de um consenso quase que absoluto.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** - Muito obrigado, Vereador Paulo Frange.

O Vereador gostaria de falar alguma coisa? (Pausa) O representante da Secretaria gostaria de comentar alguma coisa? (Pausa) Então, vamos aos inscritos, três minutos cada um.

Vereador calvo, por favor.

**O SR. CALVO** - Sr. Presidente Andrea Matarazzo, Vereadores, representantes da Secretaria aqui das Secretarias, povo de São Paulo, é claro que qualquer um de nós amamos esta cidade e sabemos da importância dela, não só para o Estado de São Paulo, para nossa

vida, mas para o Brasil; é uma cidade, inclusive, cosmopolita; uma cidade que também tem uma importância para o mundo. É claro que os urbanistas aqui são de excelência, nenhuma crítica que não fosse construtiva. Porém, eu sou um Vereador desta Casa, represento a população, primo por uma qualidade de vida na cidade de São Paulo, mas, principalmente, por justiça.

Ficou muito, mas muito satisfeito, Vereador Paulo Frange, que V.Exa. suscita alguns problemas que podem ser diminuídos, porque, enquanto o projeto tramitar nesta Casa, ele não está sendo obstruído, ele está sendo aperfeiçoado. Isso é para que não possamos nos arrepender amanhã, depois de algo construído que não possa ser desmanchado.

Queria fazer aqui, dentro da minha compreensão, umas humildes observações - quem sabe são proveitosas -, porque, do ponto de vista urbanístico, qualquer um fica até orgulhoso de ver uma cidade pujante, bem construída, bonita, com obras faraônicas. Esse é o nosso sonho. Mas, por outro lado, nós temos a qualidade de vida do povo que ali habita, principalmente dos menos favorecidos, principalmente dos que estão do outro lado do rio da zona Norte. Mas, infelizmente, ali, há as tristes favelas, nos fundos de vale que qualquer chuvinha inunda - inunda de as pessoas terem de sair a nado. Tenho fotografia do meu pai tirando gente de barco - inclusive, os documentos da Administração Regional de Casa Verde -, de barco, de barco.

Claro está aqui para quem mora naquela região e que se defronte com esse paredão da modernidade, dessa construção, principalmente, da modernidade, em termos de um projeto que seria um oásis, mas numa cidade mal construída e mal planejada como a cidade de São Paulo, e que vem dentro de parâmetros, naquele local, contrário a todas essas coisas que acabei de elencar aqui - quer dizer, com a qualidade de vida ali.

Todos sabem que a Ponte do Limão e a Ponte da Casa Verde são conhecidas como mata-burros. Não quer dizer que as pessoas que passam ali são burras, não. É que é um termo usado pelos antigos, que se estreitava a passagem e se dificultava para que os animais das

fazendas não saíssem daquele perímetro.

Vereador Andrea Matarazzo, moro a cinco minutos do Centro da Cidade. V.Exa. mora num bairro mais bem projetado do que onde eu moro. Moro na cabeceira da Ponte do bairro do Limão, nasci e fui criado ali. Se duvidar, V.Exa. vai ao Centro da Cidade muito mais rápido do que eu. Por quê? Porque, de manhã, antes das 7 da manhã até às 10h da manhã, durante três horas - e cada dia aumenta mais-, para se transpor o rio, demoramos mais de uma hora muitas das vezes. Ali é complicado.

A maioria dos hospitais aqui tem condições de pronto recurso - e está aqui o nobre Vereador médico, quem tem, inclusive, história na medicina e na cidade de São Paulo, S.Exa. sabe -, se precisarmos de um socorro médico, morre em cima da ponte, antes de transpô-la, essa que é a realidade. Não contempla... Então, temos um projeto lindo, que, do ponto de vista urbanístico, visa à excelência. Mas, infelizmente, muitas vezes, o povo social acaba pagando um preço muito caro pela questão urbanística. Teremos de inovar - e já está sendo inovado, quando se faz um perímetro expandido. Ouve dizer aqui que é a primeira vez que se faz uma operação urbana com perímetro expandido, ainda mais do outro lado do rio, também se visando buscar a melhoria na qualidade de vida.

Vereador Nabil Bonduki, que me ouve com atenção - até agradeço a V.Exa., que tem um partido que foi construindo história de conquistas sociais e, então, V.Exa. tem a sensibilidade de entender o que quero falar. Às vezes, é difícil. Sou médico, entendo muito das questões médicas. E, ao falar aqui com engenheiros e urbanistas, de repente, não nos comunicamos bem. Porém, vamos tentar encontrar um entendimento.

O Vereador Paulo Frange levanta algumas questões. V.Exa. traz algumas melhorias em termo de escolas, de creches, em termos de alguns equipamentos que melhorariam muito para aqueles que moram do lado de lá do rio e que, neste momento, estão lá em favelas; neste momento, enquanto estamos discutindo essa maravilhosa operação urbana, estamos deixando uma grande parcela da cidade de São Paulo preocupada quanto ao escoamento do trânsito

para o Centro da Cidade, primeiro.

Segundo, algumas regiões ali ressentiram se de uma incerteza: de qual seria esse impacto social de melhoria em suas vidas, já que, neste momento, estão em barracos, muitos deles, inclusive, se V.Exas. quiserem ir comigo - hoje está um dia mais quente, mas estamos ainda em época de inverno -, há dois dedos de fresta entre as tábuas. Eles dormem em cima de caixotes; o piso é feito de chão batido. Isso ocorre na cidade de São Paulo. E, muitas das vezes, quem está aqui não conhece a realidade. E são irmãos nossos.

Não posso ficar quieto. Às vezes, me inflamo. Não é que estou revoltado. Ao contrário, só quero saber onde serão construídas essas creches; onde serão construídas essas escolas. Só quero saber isso. Só quero saber como que se vai fazer para melhorar o trânsito, para não prejudicar mais o cotidiano, o dia a dia do povo da zona Norte, que é um povo trabalhador, é um povo que recolhe seus impostos... (Palmas) É um povo que contribui com a cidade de São Paulo; é um povo que tem história; e é um povo que, infelizmente, é pouco representado nesta Casa, porque temos poucos Vereadores da zona Norte. Se tivéssemos, não estaríamos abandonados lá. De repente, teria uma operação tão linda como essa, lá no outro lado, para nós. Essa que é a realidade. Então, não posso me calar, infelizmente.

Vereador Andrea Matarazzo, Presidente desta Comissão, sou Presidente da Comissão de Saúde. V.Exa. sabe que sou suplente do Vereador Nelo Rodolfo. Então, venho aqui para tomar assento, na ausência de S.Exa., e passo a ser membro desta Comissão hoje. Não sei onde caberá, mas quero vista a esse projeto, antes da votação - porque, depois que entra em pauta, gente, depois que chega na hora de votar: "Há tempo de se fazer emenda". Para inglês ver, porque as emendas são rejeitadas pela maioria. Eu serei voto vencido, eu serei uma voz vencida aqui, única, isolada. Eu não vou conceder isso para a minha região e nem para o meu povo. Construo São Paulo num todo, sou Vereador da cidade de São Paulo. Mas tenho obrigação e dever principalmente com aqueles ali do meu lado.

Então, eu gostaria de entender melhor as dúvidas que o Vereador Paulo Frange



coloca para nós. Ele que é Membro da Comissão e grande estudioso. O Plano Diretor da cidade de São Paulo que nós votamos aqui e construímos, a mesma equipe que está aqui trabalhando no Governo Haddad, o mesmo Vereador que fez... se tivesse colocado em prática, se São Paulo teria ganhado muito. Perdemos 10 anos, e 10 anos para uma cidade que não para de crescer é muito tempo. Essa é a realidade. Vamos discutir tudo outra vez.

Não é nada contra V.Exas. Nada contra os técnicos, contra a Secretaria ou os investidores. Eu só quero entender melhor. Essa é a minha obrigação para não prevaricar. Eu quero dormir em paz, independente de qualquer julgamento que façam sobre a minha pessoa. Quem manda em mim é o meu travesseiro. Quero dormir em paz.

Quero saber melhor desse projeto onde couber, porque o Vereador Paulo Frange suscita algumas coisas, e não tenho certeza de que a região que vai ser prejudicada. Quero dar mais um dado para os senhores: esses terrenos vazios não estão vazios porque ficaram lá abandonados e, de repente, alguém acordou. Não.

Primeiro, que são terrenos devolutos, que vieram da retificação do Rio Tietê, onde não se pode fazer muito subterrâneo porque ali brota água. Essa região que V.Exa. mostrou bonita era cheia de lagos. Eu ai ver os patos quando eu era garoto – e não sou tão velho assim.

Ali, de repente, para a cidade de São Paulo, em que pesem as moradias e os investimentos que são necessários numa cidade como essa, um grande parque poderia ser construído, um escoamento das enchentes do próprio rio Tietê para lá e para cá, uma transposição e tantas outras coisas de utilidade não só para um grupo, uma parcela da cidade, mas, sim, para todos os habitantes de São Paulo.

Todavia, quero dizer que gosto do povo de Perdizes, da Água Branca, meus familiares são de lá; não tem problema nenhum quanto a regionalismo, ao contrário. Se me convencerem que a coisa é boa, estou junto.

Preciso melhor estudar o projeto que eu vou votar. É o meu voto. A

responsabilidade é minha. É um dentre os cinquenta e cinco. É nada. Pode ser 54 contra 1, mas é o meu voto e, para mim e para as minhas filhas, é muito importante.

O senhor entendeu agora, Vereador?

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** - Perfeitamente, Vereador.

**O SR. CALVO** – Então, algumas questões para mim não ficam clara. Primeiro: quais são as favelas que vão ser urbanizadas? Segundo: quais são as regiões que, realmente, são de interesses habitacionais em que vão ser construídas habitações. Terceiro: qual a melhoria no trânsito, principalmente, em horário de pico, que comunica uma grande parte da zona Norte com o centro da Cidade.

Essa é a minha solicitação e onde couber, desde agora, o regimento hoje quero vistas desse projeto.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** - Muito obrigado, Vereador Calvo.

Tem a palavra o Vereador Claudio Prado.

**O SR. CLAUDIO PRADO** – Quero cumprimentar o nobre Vereador Andrea, cumprimentando a todos que estão na Mesa, uma boa noite a todos os presentes, quero reiterar e venho falando em todas as audiências públicas sobre uma questão importante dessa região, a qual não está, como disse o Vereador Calvo, totalmente abandonada. Ela tem muitos empregos. Não sei quem mora aqui – vocês que participam em parte dessa região. Lá existem sete empregos para um morador naquela área. É óbvio que aquilo ali precisa ser transformado, precisa ser melhorado. Nós queremos isso. Inclusive todas as comunidades que há lá. Nessa área expandida, há 17 comunidades. Para esse investimento aí ser favorecido nessas comunidades, a minha grande preocupação é uma só. Eu vou citar o que eu conheço de lá, porque é o setor de que eu participo, de que eu tenho informações mais precisas. Só do setor de transformação, setor industrial, lá tem 154 empresas com 10.000 trabalhadores. No projeto - e aí eu gostaria que os nobres Vereadores pudessem readequar – há algumas citações de uso residencial e não-residencial. Se o uso residencial e não-residencial não estiver claro – e venho discutindo isso desde o Plano Diretor -, quando você constrói lá um grande edifício, ele naturalmente expulsa todas as indústrias de lá. E expulsa os empregos de lá. Então, precisamos adequar a esse uso residencial a permanência daquelas indústrias.

Hoje, uma indústria em São Paulo não corresponde mais àquela imagem de uma

chaminé que polui tudo. Por exemplo, lá há uma empresa de telemarketing instalada em uma grande área com mais de 3 mil trabalhadores. Há outra empresa, a Brasilair, que emprega mais de mil trabalhadores. Então, a transformação da área precisa ser feita, mas quem vai morar lá? As comunidades de HIS que vão morar lá precisam trabalhar lá. É uma política que São Paulo precisa adotar: trabalhar próximo à sua residência. Se essa adequação tivesse sido feita na operação urbana, não teríamos tantos problemas.

Aqui há um trecho que diz assim: “adensamento populacional proposto e o desenvolvimento econômico com aumento dos empregos na região”. Está no projeto. Só que, se você não adequar o zoneamento para não haver conflito e poder instalar os dois tipos, você não mantém os empregos.

Para concluir: para lá vão mais de 75 mil pessoas, 5 mil de HIS e o restante da classe média e média alta. Então, sabem o que será feito lá? Algo idêntico a Cidade Tiradentes, onde há mais de 10 moradores para 0,1 de emprego, ou seja, é zero de emprego. Lá haverá 10 moradores para zero de emprego também. Vai ser transformada em uma Cidade Tiradentes da classe média alta. E não é isso o que queremos.

O Centro Expandido que está sendo proposto abrange Barra Funda, Freguesia, Limão, Casa Verde, Santana, Bom Retiro, Santa Cecília, Consolação, Perdizes e Lapa. O Arco Tietê que eles propuseram ontem também vai transformar. Só no setor industrial, lá nessa área do Centro Expandido, há 4.148 empresas e 92 mil trabalhadores. Se não nos preocuparmos, acontecerá o mesmo que aconteceu com a Lapa: zero de emprego. Quem mora lá não tem onde trabalhar.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Sra. Juliana Krieser e Sr. Jaime Rabinovitsch, do Colégio Renascença.

O Vereador Calvo pede licença, pois está com problema de saúde na família. Muito obrigado pela participação, nobre Vereador.

**A SRA. JULIANA KRIESER** – Boa noite. Sou Juliana Krieser, Diretora Voluntária do Colégio Renascença. Nossa apresentação está aí, nas imagens.

O Renascença é um colégio comunitário, filantrópico. Temos aproximadamente 800 alunos. Meus filhos estudam lá há 4 anos. Temos 50% dos alunos assistidos financeiramente de alguma maneira; 25% têm bolsa integral ou de 50%.

Agora passarei a palavra ao Presidente da Escola, que vai apresentar nossa solicitação.

Obrigada a todos.

**O SR. JAIME RABINOVITSCH** – Boa noite. Neste ano, adquirimos o terreno do estacionamento do Playcenter. Vamos mudar de Santa Cecília para essa região devido à localização geográfica das moradias de nossos alunos. Isso vai melhorar o espaço e a parte pedagógica.

O projeto já está protocolado na Prefeitura e queremos solicitar a esta Comissão um estudo da viabilidade de uma pequena mudança no trajeto de uma rua, sem alteração da finalidade e capacidade da via para realização do nosso projeto.

Essa rua que aparece em vermelho ia cortar o terreno adquirido, e a Prefeitura teria de indenizar-nos pela desapropriação. Com a mudança do trajeto, nós doaríamos, sem custo para a Prefeitura, a parte do terreno cedido para a rua, para alargar a via.

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Parece-nos muito razoável o pedido e vocês já levaram a solicitação ao Executivo. Então, muito obrigado.

Sr. Eduardo Fiora, da Agência Território Noroeste e Sra. Maria Antonieta Lima e Silva, da Associação Amigos de Vila Pompeia.

**O SR. EDUARDO FIORA** – Boa noite. Gostaria de passar algumas informações e, a partir delas, pedir alguns esclarecimentos. Ao lado da Sra. Antonieta, tive oportunidade de conversar com membros do Executivo, Diretorias de Planejamento, da CET, da SPObras, e todos concordaram em dar importância à passarela. Inexplicavelmente, a passarela sumiu do

projeto. Há de se perguntar: por que foi retirada?

Falaram que o Palmeiras vai construir, mas eu não sei. Duvido. Março já está aí, vão inaugurar a Arena com *shows*, e a passarela custa 400 mil reais, segundo levantamentos. Não é possível que por 400 mil reais ficaremos achando que o Palmeiras vai construir.

Isso não é planejamento urbano, não é nada, Weber. Na reunião que houve, você concordou com a importância dessa passarela. Ela tem de voltar ao projeto e constar no artigo 8º, com recursos antigos, porque, afinal de contas, 16 anos se passaram e nada foi feito de útil em termos de planejamento urbano naquela região da Francisco Matarazzo.

Já que o Weber garante que as 640 unidades podem ser construídas no terreno da CET, na Marquês de São Vicente, por que existe a possibilidade de compra de terrenos? O Weber falou em reunião com a Sra. Antonieta na semana passada que o local das 630 unidades para o pessoal da Água Branca é na garagem da CET. E perguntei: “Já conversaram com a CET?” Então, minha pergunta é por que está aí, incluso isso.

Não dá para entender as prioridades. O que está definido no artigo 8º é uma ordem aleatória, ou o primeiro dinheiro vai para isso, o segundo vai para aquilo? Tem de ver qual é a prioridade. Se não tem terreno, como é que vai fazer? E o dinheiro da Áureo de Moura Andrade? Eu perguntava: “Vocês sabem quanto custa a Áureo de Moura Andrade?” Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Urbano custa 120 milhões e o túnel custa 60. Então a obra seria – o Vereador José Police Neto tem isso no papel -, mas, segundo o Weber, custa 120 mais 60, portanto 180.

A obra de canalização já pulou de 140 para 200, segundo, também, a Secretaria de Planejamento Urbano. Passou de 143 milhões para 200.

A pergunta continua: o que fazer, em termos de prioridade, no Artigo 8. O que vai ser, de fato, disposto no Artigo 8.

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Muito obrigado. O Sr. Weber gostaria de responder agora? Por favor.

**O SR. WEBER SUTTI** - É só um esclarecimento. Em reunião com o Sr. Eduardo e a D. Antonieta, manifestei, sim, uma opinião pessoal, qual seja: a passarela é necessária, e o que está em discussão é o momento de fazê-la.

Expliquei a eles também que não está na governabilidade do Executivo essa questão. Eles têm acompanhado a discussão pública.

Em relação às obras, a intenção é construir as unidades habitacionais em terra pública que existe na área. Uma das possibilidades é, sim, o terreno da CET. Isso já foi dito em diversas audiências públicas. Não é uma informação de bastidor, muito pelo contrário, não trabalhamos assim. Recebemos as pessoas e discute o que é de conhecimento público.

De outro lado, a obra de drenagem – o que eu disse e vou deixar claro – é que provavelmente, como o orçamento e a licitação eram antigos, haverá reajuste. Isso é normal na Administração Pública.

Há entrada de mais recursos, sim, na Operação Urbana, como já foi dito e é de conhecimento público nas últimas aprovações que estão tendo na área. Esse recurso é maior e há uma discussão para ser debatida e enfrentada pelo órgão competente que, nesse momento, é a Câmara Municipal.

É isso, por enquanto.

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Senhora Maria Antonieta Lima e Silva, da Associação Amigos de Pompeia, com a palavra por três minutos, por favor.

**A SRA. MARIA ANTONIETA LIMA E SILVA** – Atualmente, no Estado de São Paulo, 891 milhões foi dado pelo Sr. Prefeito para as enchentes do Aricanduva. Dinheiro esse da Prefeitura. Esse dinheiro da Operação Urbana é nosso, não veio da Prefeitura.

O que não entendo é como temos de ser dirigidos pela Prefeitura quando se trata do nosso dinheiro.

As audiências públicas são exatamente para as pessoas que moram no lugar saberem o que precisam. Isso muito bem exposto pelo Vereador Paulo Frange que mora

também nesse lugar. Sofremos a vida inteira as consequências de tudo isso.

Mas, de repente, aparece um substitutivo que preenche tudo e dá tudo certo. Na última hora ele é substituído pela Secretaria de Desenvolvimento, sem nos dar qualquer satisfação. Ora, o dinheiro é nosso, não é da Secretaria de Desenvolvimento.

Então acho que estamos fazendo papel de palhaço. Para quê audiências públicas, não precisa! Pega o papel, traz do Governo e diz: “Isso é uma ditadura, está aqui, vai ser feito isso”. Não é assim que se faz com o povo. O povo tem de ser respeitado e isso não está acontecendo.

Onde estão as obras que o povo elencou? Sumiram do papel. A única obra que apareceu foi a reforma das favelas. Concordo que as favelas sejam reformadas, só que não com o dinheiro da Operação Urbana. A lei dispõe: viário e drenagem. Que as favelas sejam reformadas, sim, mas com dinheiro dos Cepacs.

Para nós, há 600 milhões. Vai entrar 2,4 bilhões para fazer todas as casas, um bairro novo, muito melhor do que qualquer outro bairro, pois a Pompeia é um desastre.

O que está acontecendo nessa Casa de Leis? Será que não é possível observar as leis e fazê-las ser cumpridas.

E como a passarela. É necessária? É. Precisa? Precisa. “Não, mas quem fez acontecer é que tem de pagar”. Tudo bem, quem causa qualquer prejuízo a terceiros, tem de pagar. E é a lei etc e tal.

Mas daqui quanto tempo? Daqui a 15 anos é que teremos o fim desse processo, se tiver? E só depois disso é que se vai colocar a passarela? Mas daí não adianta mais nada. E o povo?

Vamos ampliar um pouco nossa consciência e pensar no povo de São Paulo em geral? Precisamos disso agora. Temos dinheiro, pague e cobre. Essa é minha opinião. Claro, outros têm opiniões diferentes, mas isso não é infringir a lei.

Acho que está tudo errado, completamente errado o que o Governo está fazendo

com essa comissão.

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Muito obrigado, D. Antonieta, foram três minutos pontualmente.

Com a palavra a Sra. Jupira Cauhy e, depois, a Sra. Ros Mari Zenha, a quem peço se posicionar mais próximo. Por favor.

**A SRA. JUPIRA CAUHY** – Boa noite. Sou moradora da Água Branca, nascida e criada ali. Já passei por enchentes do Córrego Água Branca. Atualmente moro ao lado da Arena Palmeiras, sou fiscal de obras e sofrerei todos os impactos possíveis, e negativos, ou seja, falo com propriedade.

O Vereador Nabil Bonduki apresentou todas as audiências públicas realizadas pelo Legislativo. Participei de todas elas, assim como, participei, praticamente, de todas as audiências realizadas pelo Executivo.

— Tenho posições bem diferentes e devo dizer que a comunidade da Água Branca, os moradores da Água Branca estão divididos com relação a uma série de propostas apresentadas hoje.

Fiquei muito feliz quando recebi a cópia do substitutivo, pois vi que as prioridades respeitam uma das funções de uma Operação Urbana que é possibilitar condições dignas às pessoas que moram naquele perímetro, àquelas pessoas que não têm condições.

Então fiquei muito feliz quando vi que, na lista de prioridades, constava um pedido de muitos anos, qual seja, a manutenção do prédio de uma comunidade pobre, moradora do bairro e com os mesmos direitos de todas as pessoas moradoras da Pompeia e Perdizes.

Minha opinião é: tem de manter isso e eu gostaria de defender todas as prioridades que constam aqui. São super importantes, por isso, as pessoas estão presentes.

Na última reunião haviam 1,2 mil pessoas. Tivemos outras audiências, quando as pessoas que moram nesse lugar e que precisam desse recurso foram ouvidas. Portanto, gostaria de defender o que está exatamente nesse artigo. Assim como, também como



moradora e pessoa que participou de todas as audiências, quero defender alguns pontos.

Desculpem-me, estou um pouco tensa com o que ouvi aqui, pois achei bastante desrespeitoso a toda nossa história como moradores.

Uma passarela não é prioridade. Se tiver de ser prioridade é a WTorre que tem de pagar. E, para mim, discussão de qualquer recurso público em relação à Arena Palmeiras é muito diferente do que uma passarela. Passarela vai ser nada perto do impacto que teremos ali.

Por fim, o que gostaria de dizer, na verdade, pedir, são algumas alterações na proposta do grupo gestor apresentado. Já expus algumas dúvidas. No grupo gestor, tem indicação dos vários segmentos. A redação está confusa, ela não explicita como esses vários segmentos poderão indicar os membros. Em alguns casos, explicita, mas em outros, não.

Na questão dos moradores, indicamos que deverão ser representantes já do Conselho Participativo, por exemplo? Enfim, não terei mais tempo para poder terminar de falar e apresentarei até uma proposta por escrito, mas o que já peço aos senhores é uma revisão desse item.

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Muito obrigado Sra. Jupira. Por favor, Sra. Ros Mari Zenha.

**A SRA. ROS MARI ZENHA** – Boa noite a todos. Vou expor quatro pontos.

Também não posso me calar perante determinadas citações, mas, rapidamente, falarei sobre uma delas. A Arena multi-uso Palmeiras não foi incluída no estudo de impacto ambiental, Vereador, da Operação Urbana Água Branca.

Portanto, todas as incomodidades e todos os impactos que essa arena causará – e são muitos, não poderei me estender sobre eles – têm de ser, obrigatoriamente, resolvidos por seus causadores.

Existe um inquérito civil no Ministério Público e creio – acredito muito – que a Promotoria de Justiça e Urbanismo vai pedir que a WTorre resolva e cumpra todas essas

incomodidades que está criando, inclusive, essa tal passarela se, de fato, for viável técnica e economicamente.

Portanto, não se justifica o uso de dinheiro da Operação Urbana antiga para nenhuma passarela, pois, sequer o empreendimento fazia parte do estudo de impacto ambiental. Esse é o ponto 1.

Ponto 2: as pessoas pobres que lá estão e às quais estão se destinando recursos. Infelizmente para algumas pessoas elas ainda estão lá. A favela da Aldeinha foi escurraçada. A dos Sapos só não foi escurraçada, porque o Ministério Público juntou-se a nós na defesa de quem lá estava.

Portanto, é uma pena. Se estivessem todos sido escurraçados, hoje, não estaríamos discutindo isso. E é uma pena que, naquele momento, as pessoas que estavam na defesa éramos nós e o Ministério Público.

Esses foram os dois pontos que desejei expor objetivamente.

Quanto aos demais, primeiro, Srs. Veradores, é a questão do Grupo Gestor. Acho e volto a reafirmar – pois já falei isso em outras reuniões – não adianta ter um Grupo Gestor democrático e paritário, se não dispormos de um sistema de indicadores para poder acompanhar o andamento da intervenção.

Fica muito bonito dizer que faço parte de grupos gestores, todo mundo senta, mas se não dispormos de um sistema objetivo de indicadores para acompanhar a evolução da intervenção, o que foi visto, previsto e realizado, pouco significa.

Então proponho que seja incluído no substitutivo que a SPUrbanismo inicie com a brevidade que o caso requer a montagem desse sistema, desses indicadores, para que permitam a objetividade de trabalho do conselho gestor, caso contrário, fica inviável.

Finalizando, cito os centros de treinamento. Essa é uma luta enorme que diz: os centros de treinamento do Palmeiras e do São Paulo têm de se tornarem parques urbanos para a cidade de São Paulo, não só para suas zona Leste, pois, da forma que está disposto no

artigo, está muito genérico. Vejam: “As áreas verdes situadas...” - enfim, os dois centros – “serão incorporadas ao parque urbano quando forem devolvidas à posse do Município”. Isso não diz nada.

Tivemos uma ameaça que – aliás, foi o Ministério Público que nos ajudou sustar - partiu do Governo Kassab de que ele iria dar mais 70 anos. Quer dizer, isso de devolver é genérico, não resolve absolutamente nada. Quero saber, no papel, muito claro, quando isso tem de voltar e compete ao Executivo já iniciar a negociação com esses clubes para que consigam outro lugar para fazerem seus treinamentos. Obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Senhor José Trindade Celis, Vice-Presidente do Conseg Lapa e a Sra. Ana Carolina, da Associação Moradores da Comunidade Água Branca.

**O SR. JOSÉ TRINDADE CELIS** – Obrigado, boa noite a todos.

Parabenizo a comissão pelo excelente trabalho que tem feito até agora, mas, infelizmente, há um cochilo em dois aspectos: um deles é a segurança pública. Não adianta nada construir obras faraônicas, bonitas, se não for oferecida segurança pública.

Foi mencionado hoje que virão 75 mil novos moradores. Cadê a segurança pública que garantirá a qualidade de vida dessas pessoas.

Lamentavelmente não vi nada com relação a melhorias públicas. Tudo está superficial. É algo que precisamos levar em conta.

A segurança é da GCM? É. É do Estado? Também é. A prerrogativa maior é do Estado, então, a Prefeitura deve fazer um convênio com o Estado para garantir a segurança desses 75 mil novos moradores.

Numa das audiências anteriores, o Vereador Paulo Frange disse que uma delegacia seria contemplada. Onde será erguida essa delegacia? Esse é um aspecto que gostaria de levantar.

Outro aspecto: qual o percentual das verbas da Operação Água Branca é destinada

à manutenção dos equipamentos públicos, tais como, pontes e viadutos? Há alguns caindo aos pedaços.

E os novos? Quem vai garantir a manutenção pública. Estamos esquecendo esse detalhe que é muito importante. Hoje, é possível construir um grande prédio, mas daqui cinco anos ele precisará de manutenção. O mesmo acontece com os equipamentos.

Para atravessar São Paulo, atualmente, é difícil, por conta justamente do problemas de manutenção das vias públicas.

Portanto, peço à comissão que, por favor, atente para esses dois pequenos aspectos: a segurança urbana – ou a segurança pública – e a manutenção dos equipamentos públicos, pois não adianta nada desejarmos qualidade de vida, se esses dois itens importantíssimos não estiverem disponíveis à Cidade.

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Só expor uma observação: a manutenção reporta-se a custeio, não se pode incluir na Operação Urbana, mas, obviamente, precisa ser incluída no Orçamento da Cidade, depois.

**O SR. JOSÉ TRINDADE CELIS** – Sim. Já que estamos falando num plano diretor, se V.Exa. me permite, ela tem de ser contemplada. Afinal, todos os itens foram passados em 25%, como interesses sociais, e a manutenção faz parte do interessante social.

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Perfeitamente. Muito obrigado, Sr. José Trintade. Sra. Ana Carolina, por favor.

**A SRA. ANA CAROLINA** – Boa noite Srs. Vereadores e moradores da Água Branca.

Em primeiro lugar, quero agradecer por todos os nossos pedidos serem atendidos e fazer uma pequena observação. Não entendo porquê o Vereador Paulo Frange apoia a passarela se ele conhece nossa realidade.

Gostaria de lembrar, mais uma vez, o problema das enchentes, além da nossa dificuldade com os prédios que estão caindo em nossas cabeças.

Peço também respeito, afinal, somos moradores, também pagamos impostos e não espera há 15 anos. Nossa espera é de 40 anos por melhorias no nosso bairro, na nossa comunidade.

Quero dividir um minuto que tenho ainda com outra integrante da associação.

(Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Obrigado, Ana Carolina.

**A SRA.** \_\_\_\_\_ - Boa noite a todos. Gostaria, rapidamente, de dizer o seguinte aos senhores: quando se fala em reformas e em favelas, peço, antes, que olhem para todos esses moradores das favelas – presentes aqui –, pessoas leigas que não têm essas palavras bonitas proferidas por todos os senhores, pessoas que não tiveram chance de ter o estudo que os senhores têm e, que, portanto, parem de ignorá-las e de lhes virarem as costas.

Do jeito que estão agora, voltarão para suas casas sem saber o que está acontecendo com eles e nem o que ocorrerá amanhã. Desse mesmo jeito que deixaram suas casas e seus filhos para virem aqui, buscando uma resposta, voltarão sem saber. Eles são humanos iguais aos senhores.

Eles nos perguntam e também nós não sabemos responder o que está acontecendo. E isso machuca.

Estou aqui pedindo desculpas por não termos tido a chance de ter tanto estudo quanto todos que falaram tantas palavras bonitas aqui, mas só estamos tentando entender sobre reformas, passarelas etc.

O pouco que ouvimos é isso: a passarela não é tão necessária, porque o Palestra é que tem assumir. Mas, sobre a comunidade, vamos passar a limpo, façam um visita, eles ficarão felizes.

Vejam: o tempo está passando. O dígito aumentou? Eles não sabem fazer esse cálculo de dígito. Eles estão desesperados, sem saber o que acontecerá com a favela.

Os senhores me desculpem, mas machuca. Boa noite a todos.

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Me diga qual favela especificamente.

**A SRA.** \_\_\_\_\_ - Como ela falou e não revelou, ela disse as favelas.

Estamos em nome das favelas, especificamente da Comunidade Vila Charlotte, na Água Branca, na Marquês de São Vicente.

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Está bem. Vereador Nabil Bonduki, por favor, explique.

**A SRA.** \_\_\_\_\_ - Com licença, um minutinho, se possível, peço explicar com palavras simples para que os leigos da comunidade entendam. (Palmas)

**O SR. NABIL BONDUKI** – Falarei daqui para ficar visível.

É muito simples a discussão. É importante explicarmos com clareza, para todos entenderem qual é a polêmica que está colocada aqui. Existem recursos já arrecadados, no valor de 340 milhões, sendo que deverão chegar a 600 milhões, com o projeto já aprovado. O que foi proposto pelo substitutivo, pela proposta que a Câmara está propondo aqui? Separar esses recursos, dos recursos que serão arrecadados, depois que a lei for aprovada. O que está em discussão aqui é quais são as obras que serão feitas com esses recursos arrecadados. Há consenso em relação a três obras: a drenagem do Córrego Água Preta e Sumaré; a construção de 630 habitações de interesse social e a extensão da Auro Soares de Moura Andrade. Em relação a isso, nessas 630 unidades, estão incluídas casas para a favela do Sapo, para moradores que estavam nessa favela e na aldeinha, que foram removidos. Essas três questões são consensuais entre os Vereadores e entre todos que estão aqui, inclusive a Sra. Antonieta, que falou aqui e todos que falaram a favor como contra. Essas obras são claramente consensuadas. O que está em questão? O que foi levantado pelo Vereador Paulo Frange e também pela Sra. Antonieta e pelo Sr. Fiora. Quanto à reforma da comunidade Água Branca, a proposta deles é que essa obra fique para os recursos da nova operação, que vai ser aprovada agora. Levará um pouco mais de tempo para ser arrecadada. O que está, no substitutivo, é que isso seja feito com os recursos já arrecadados, antecipando a realização dessa obra.

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Ou seja, com recursos que já existem, que já estão lá.

**O SR. NABIL BONDUKI** – Que já existem. Eu fiz uma conta. Acho que essa é uma discussão quase desnecessária. Vou pegar os números do Sr. Fiora. Se gastarmos 200 milhões na drenagem, se gastarmos 180 milhões na Auro Soares de Moura Andrade, são 380 milhões. Se prevermos 630 unidades, no valor de 150 mil por unidade, um número acima do que custaria uma Habitação de Interesse Social, vamos chegar a 95 mil reais. Portanto, somando os três, nós vamos chegar a 480 mil reais, e vão existir 600 milhões, pelos números pelo que o Sr. Weber inclusive assegurou. Portanto, se temos...

- Manifestações fora do microfone.

**O SR. NABIL BONDUKI** – Aí seriam outras intervenções. O nome dessas intervenções que estão previstas e foram debatidas aqui... Não vou nem entrar aqui na discussão da passarela. Se fosse preciso incluir o custo da passarela...

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Nobre Vereador, diga quando V.Exa. acha que essas obras serão feitas.

**O SR. NABIL BONDUKI** – Se forem utilizar os recursos já arrecadados, aí vai depender de a Prefeitura ter o projeto e usar os recursos. Imediatamente ela poderia fazer a licitação, contratar o projeto e, em seguida, para contatar a obra, se for colocado no artigo 8º, que significa recursos já arrecadados. Se for para ficar para o artigo 9º, para os recursos da nova operação, a lei será aprovada e regulamentada. Terá de ser feito um leilão de Cepacs. Não sei qual é a previsão. Talvez fosse bom os Srs. Weber e Gustavo dizerem qual vai ser o tempo para se fazer um leilão. Depois de ser feito o leilão dos Cepacs, poderão ser utilizados os recursos para as novas obras da nova operação.

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Só deixar mais claro, digo que o Executivo gostaria que fosse feito com esse recurso que já está lá. Essa é a ideia do Executivo.

- Manifestações fora do microfone.

**O SR. NABIL BONDUKI** – Isso.

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Essa é a intenção do Executivo.

**O SR. NABIL BONDUKI** – Isso.

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – O nobre Vereador José Police Neto tem uma observação a fazer.

**O SR. JOSÉ POLICE NETO** – Quero ajudar na compreensão que a comunidade pede, para entender isso com muita clareza. Inclusive peço auxílio inclusive do Sr. Carramenha, do Ministério Público, para entendermos um pouco essa questão, até para não criarmos uma falsa polêmica e nem uma falsa expectativa. Há possibilidade real de essas obras ingressarem no artigo 8º, fazendo parte da operação urbana que aí está?

**O SR. ROBERTO CARRAMENHA-** Boa noite a todos. Eu respondo, mas só quero fazer um esclarecimento antes, para que todos entendam o mais claro possível. O Ministério Público tem duas ações propostas. Uma é subscrita pelo Sr. José Carlos de Freitas, que envolve a questão do Palmeiras, que pede a demolição do Estádio do Palmeiras. Em caso de ser mantido o estádio do jeito que está, que seja aprimorado o Estudo de Impacto de Vizinhaça e exigido do degradador principal melhorias no entorno da região. Esse é o objetivo de uma das ações. Eu não tenho meios de interferir numa ação judicial de outro colega e não posso ser incoerente. Tenho o e-mail da Sra. Maria Antonieta, que me procurou, e lhe respondi. Dei o e-mail que ela direcionou ao Sr. Freitas, que respondeu a ela, explicando essa situação que envolve o Palmeiras. Explicado isso, há outra ação judicial, que foi subscrita por mim, quando pedi o bloqueio dos recursos que existem atualmente nesse fundo, que diz respeito à Operação Urbana Água Branca, com base na lei 11.774/95. Na época, a Secretaria Municipal da Habitação, por intermédio do Sr. Weber, trouxe-me a informação de quanto teria sido arrecadado, ao longo de cada ano, até a data em que eu ajuizei a ação, no mês de junho desse ano. Pedi que fosse informado ao Ministério Público, ano a ano, desde 95, quanto foi arrecadado, quanto foi empregado ano a ano, onde foi empregado esse recurso e qual seria o



saldo existente. Esse é o primeiro pedido do Ministério Público. Entrei com a ação em junho, quando existiam 341 milhões e mais alguns milhares de reais, que já estariam previstos e arrecadados nesse fundo, para atender às obras que constavam do anexo 1 da lei 11.774/95, que se refere a melhorias no sistema viário, melhorias no sistema de drenagem da região, garantia de moradias e atendimento à população carente e um outro projeto de desenvolvimento, construção e financiamento do edifício na quadra 122 do setor 19, para uso de entidades municipais das Administrações Direta e Indireta em terreno próprio do município. Dentre as obras que envolviam o sistema viário - concordo com a Sra. Maria Antonieta nesse sentido - não está apenas a Avenida Auro Soares de Moura Andrade. Estão também a ligação viária da Avenida Francisco Matarazzo e da Rua Tagipuru, a extensão da Avenida Gustav Willi Borghoff do Terminal da Barra Funda até à Santa Marina, a extensão da José Nelo Lorenzon, entre a Avenida Marques e via escrita no item anterior, com 20 metros, a extensão da Rua Mário de Andrade até a Carijós, passagem em desnível na Avenida Santa Maria, construção de uma ponte sobre o Rio Tietê, em continuidade à Avenida Água Preta-Pompeia, pavimentação da Avenida José Nelo Lorenzon, pavimentação e estrutura da Quirino dos Santos, reparcelamento e arruamento de algumas quadras e alargamento de passeios públicos na Thomas Edison, sistema de drenagem, desenvolvimento de projeto, construção e financiamento de, no máximo, 630 unidades habitacionais de interesse social. Essa ação do Ministério Público, que bloqueou esse recurso, exige também do Poder Público que os recursos arrecadados sejam empregados nessas obras, porque já estavam previstas - como os senhores já mencionaram - desde 1995, e, em alguns casos, até antes disso, como a moradora informou, que há pessoas que vivem na região há 30, 40 anos. A segunda ação, no Ministério Público, quer que esses recursos que estão arrecadados sejam empregados nas obras previstas.

Posto isso e respondendo o Vereador José Police Neto, não significa que, em conformidade com o Estatuto da Cidade, no parágrafo 1º do artigo mentais, que diz qual é o

significado de uma operação urbana, não possa ser revisto isso, porque está se passando, por um processo de revisão, um aprimoramento do que havia sido previsto em 1995. Muita coisa mudou-se de 1995 para cá. O que está se colocando pela proposta do projeto de lei é que se ampliem algumas obras e que sejam contempladas outras regiões. E aí, a pretensão, pelo artigo 8º, é que não se faça apenas o prolongamento da Auro Soares de Moura Andrade, o sistema de drenagem ou a construção de habitação, mas que também se estendam algumas outras melhorias. Por quê? Porque o artigo 32, em seu parágrafo 1º, na sua parte final, diz:

- É lido o seguinte: (Parágrafo 1º do artigo 32)

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Se hoje, passados os 18 anos, essas são as necessidades, então, o que está se propondo é que haja essa revisão. Garante-se com o dinheiro que está depositado atualmente aquilo que já estava previsto. Se sobrar, aplica-se em outras intervenções novas; e, se faltar, usa-se recurso da nova para aplicar e completar o que falta, e o que sobrar aplica-se nas novas intervenções, nas novas obras. Isso me parece ser perfeitamente possível, juridicamente normal e dentro da lei.

- Manifestações fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Sra. Maria Antonieta, vou colocar como está se prevendo um conselho gestor. A impressão que eu tenho é que talvez, talvez uma tentativa de aprimoramento fosse remetida ao conselho gestor, estudando quais são essas prioridades dentre as que foram propostas. Eventualmente pode haver uma obra antiga, prevista em 1995, a qual não tenha mais interesse em ser atendida, e haja necessidade de ser atendida outra. É isso que está sendo colocando aqui.

**O SR. JOSÉ POLICE NETO** – Vamos entender, com muita objetividade, o que o nosso Ministério Público traz de informação preciosa. Primeiro, a Câmara pode fazer uma alteração na lei, porque o que foi mandado para cá é uma revisão da lei. O que não pode é se frustrar um mínimo de prioridades estabelecidas na lei que já está em vigor, que poderiam ser, lá atrás, as prioridades que estamos estabelecendo hoje. Não foi, porque talvez, naquela época, as demandas colocadas não eram aqui estão estabelecidas. O Vereador Nabil Bonduki foi muito objetivo ao construir uma linha de raciocínio que aponta, de maneira muito objetiva, que com os 300 milhões de reais ingressantes no período curtos dos últimos três ou quatro meses, nós temos um volume de recurso que é capaz de suportar as intervenções anunciadas no microfone e ditas como prioritárias da primeira fase da lei desses 18 anos, o que não nos tira a oportunidade de dizer que a primeira intervenção consequente, com o recurso que extrapola a necessidade daquelas já elencadas, é este demandado no dia de hoje. E aí você não precisa nem dizer que você inverteu ordens de prioridades e pela primeira vez está se

dizendo o seguinte: “Tem recurso”, porque se a gente vai aqui brigar pelo excesso, acho que nunca aconteceu, pelo menos eu estou aqui há oito anos e alguns meses, nunca se brigou pelo excesso, aqui sempre se faltou alguma coisa, então se consegue garantir dos 300 mais 300 realizar 420, 430 e sobra 180, não me parece crível que não seja possível se esta elencar o grau de prioridade.

Isso daí, quero pedir licença ao Presidente, porque quero concluir aqui porque quero fazer uma outra abordagem, mas depois, quero recepcionar o conjunto de informações para trazer uma outra preocupação que tenho, mas acho que esse tema específico está absolutamente superado com a capacidade de atender todas as obras que o Dr. Carramenha nos trouxe como algo prioritário, atender como primeira prioridade da nova safra de demandas essa aqui colocada. Eu não vejo dificuldade. Mas temos outras dificuldades que a gente vai ter que discutir ainda hoje.

---

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Simplificando é o seguinte, como o Vereador Nabil tinha falado, o dinheiro que existe hoje em caixa é suficiente para atender a necessidade do que estava previsto para fazer a reforma da Vila Charlotte, que nós estivemos lá. Daí temos que ver depois o prazo, que não dá para o Vereador Nabil informar, tem todo prazo de concorrência, mas o fundamental, que é sempre o mais difícil, o seguinte, o dinheiro está em caixa. Então é um avanço imenso já isso aí.

Alguma coisa a mais, Vereador Nabil?

**O SR. NABIL BONDUKI** – Eu acho que em relação a esse assunto está resolvido. Inclusive eu entendo, Promotor, que se pegar os objetivos da própria lei, ele explicitamente fala: “Melhoria das condições de habitação dos moradores da área”. Então a própria lei de 96 ela é uma lei que dá cobertura a isso. E vamos lembrar, e acho que é importante dizer isso, esse processo que estamos fazendo aqui para aprovação da Lei de Revisão da Lei da Operação Urbana já foi feito em 95. Em 95 a lei foi aprovada sem um amplo processo de consulta e participação, com dez audiências públicas da Câmara etc. Então eu acredito que

esse processo aqui tem legitimidade para incluir uma intervenção que está de acordo com o princípio da operação de 95 e corresponde também àquilo que é objetivo do Estatuto da Cidade. Então acho que esse assunto está resolvido.

Com relação à questão da passarela. Eu já tinha feito essa sugestão, embora algumas pessoas não concordassem. A questão da passarela, eu acho o seguinte, nós temos uma ação que não sabemos qual vai ser o resultado dela. Eu sugeriria que nós condicionássemos uma eventual utilização de recurso para uma travessia, e não precisamos dizer passarela, uma travessia adequada entre uma região e outra, na hipótese dessa ação não ser positiva, ou seja, não ser incluído nos custos de mitigação da WTorre a realização dessa intervenção. Eu acho que a gente resolve essa questão de uma maneira...

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Posso, de novo? Para simplificar. Vocês vêm que quando tem dinheiro dá para atender a preocupação que era do Vereador Paulo Frange, preocupação do substitutivo, a vontade do Executivo, as preocupações do Ministério Público e principalmente atender vocês. Eu tenho certeza absoluta que vamos ficar aqui discutindo essa passarela. A passarela é um investimento de 500 mil reais, 400. A Prefeitura não vai deixar gente ficar sendo atropelada, ou a WTorre fará, ou outro fará, certamente uma travessia lá vai acabar sendo feita. Então acho que o fundamental é a habitação social e as prioridades feitas e a passarela em paralelo vamos discutir.

Eu acho que é fundamental isso que a Dona Antonieta está falando, é preciso a passarela lá, não tenha dúvida, uma arena daquele tamanho. Vai acabar sendo feita, vai sendo feita e, em paralelo, nós vamos discutindo isso como Executivo também.

- Manifestação longe do microfone. Inaudível.

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Espera um pouco. É para a Cidade. Calma. Tudo vai ser resolvido. Não precisa brigar e nem entrar com ação. Vai fazer. Posso dizer, não será 400 mil reais, porque a WTorre vai arrumar um problema da região, mas vai acabar fazendo. Eu entendi, Dona Antonieta.

**O SR. PAULO FRANGE** – Sr. Presidente, concordo com a lógica da distribuição dos recursos, mas em hipótese nenhuma devemos deixar de ter uma conta só para habitação de interesse social. Vereador Nabil, a gente não vai conseguir acompanhar. (Palmas) Mesmo tendo conta de habitação de interesse social, mesmo tendo fundo, nós nunca conseguimos fazer com que o governo construísse. Então acho que essa conta é fundamental para que a gente possa colocar recursos, das 631 unidades e dos Cepacs.

**O SR. NABIL BONDUKI** - Vereador Andrea Matarazzo, só para não deixar passar em branco, eu concordo com essa posição do Vereador Paulo Frange. Acho que aí teríamos que ver o entendimento com o Executivo para que realmente sejam segregados esses recursos para habitação de interesse social.

Só para vocês entenderem o que significa isso, significa que cada projeto que for aprovado, na verdade, cada leilão que for feito, vai para uma conta específica 25% para habitação e 75% fica na outra conta. É isso que está sendo proposto pelo Vereador Paulo Frange, eu também estou de acordo, resta a gente poder acertar isso com o Executivo.

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Assim ninguém passa a mão no dinheiro da habitação de interesse social. O resultado é esse. (Palmas)

Tem a palavra a Sra. Cyra Malta, da Subprefeitura da Lapa.

**A SRA. CYRA MALTA** – Boa noite. Primeiramente eu quero parabenizar todo esforço que a gente vem realizando nesses últimos muitos anos tentando construir um projeto de lei com participação popular, atendendo os interesses da comunidade e outros interesses que nós temos na região.

Eu tenho duas questões específicas, que acho que não ficaram muito claras para mim. Uma delas é em relação ao conselho gestor. Em outras audiências, se não me engano, a gente já falou sobre isso como Subprefeitura Lapa, não exatamente eu, mas outros representantes da Subprefeitura Lapa. A gente entende que há uma diferença entre um representante da Secretaria de Coordenação de Subprefeituras e um representante da

subprefeitura. São duas coisas diferentes, até porque dentro da proposta do perímetro expandido tem razão ter um representante da Secretaria de Coordenação, não há problema nenhum, mas quando nós fizemos a solicitação de que fosse incluído no conselho gestor um representante da Subprefeitura, é uma questão territorial dentro da lógica de descentralidade. É na subprefeitura que as coisas acontecem.

Uma outra questão é que observei na discussão da audiência anterior, até trazido pelo Promotor Público, existe uma questão para os ciclistas e para os pedestres que atravessam da zona Norte para o Centro Expandido, e havia uma propositura de uso de recurso para vias de transposição para pedestres e ciclistas e aí, de repente, se começou a falar em colocar ônibus em cima. Para nós, agora vou falar como ciclista e não como Subprefeitura Lapa, ciclistas, as pontes são um estrangulamento e uma coisa muito difícil de ser transposta por causa do acesso expresso da marginal e a proposta de se fazer a transposição para pedestre e ciclista é para que seja para pedestre e para ciclista, porque o custo é menor. Se eu vou colocar um ônibus em cima, isso já vira uma ponte. Então eu gostaria que isso fosse bem pensado. Sempre é ponte, porque tem o rio, a questão é o tipo de estrutura e o custo dessa estrutura. Então ou a gente revê de fato a forma como a via expressa acontece e faz essas travessias, ou a gente constrói uma estrutura para que as pessoas, pedestres e ciclistas, possam atravessar. São esses dois elementos que para mim são fundamentais, a parte a questão ambiental, que eu ainda tenho dúvidas sobre o projeto urbanístico que está sendo proposto. Eu ainda não tenho muita clareza na forma como o distanciamento de APP, a questão dos córregos que são canalizados, como as construções ficam e se comportam, as áreas que são contaminadas e estão sendo aprovadas. Para mim na operação ainda fica um pouco estranho e os instrumento que a gente tem para regularizar situações e para garantir a qualidade socioambiental do território. Tenho várias questões sobre isso e nesses minutinhos que o Vereador Andrea Matarazzo vai dizer que acabou o tempo, ainda tenho dificuldade de enxergar a questão socioambiental mais clara no projeto.

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)-** Eu acho que essa questão que você falou, uma delas, vou por conta minha aqui, da passarela ou da ponte, efetivamente se tiver só passarela ela tem que ser adequada a pedestre e ciclistas e se tiver ponte vai ter que ter área segregada para pedestres e ciclistas. Acho que toda obra de arte nova tem que prever isso, tem que imaginar que a questão de bicicleta é uma realidade que vai ampliar e não faz sentido você fazer obras hoje sem prever esse tipo de coisa.

**O SR. JOSÉ POLICE NETO –** Vou ser muito objetivo. A primeira pergunta que faço é se foi respondido o requerimento aprovado por esta Comissão que solicita à SPUrbanismo a íntegra dos estudos realizados quanto à modelagem do cálculo de suporte para a operação. Foi aprovado há um bom tempo e a gente solicita o estudo, o nome dos profissionais que atuaram, as premissas utilizadas na modelagem e os impactos que foram. Então, se o Executivo já respondeu a essa demanda da nossa Comissão, que deixou de ser minha no momento em que todos os Vereadores aprovaram. Foi respondida? Eu pergunto ao Presidente, porque não recebi.

**O SR. PRESIDENTE ( Andrea Matarazzo ) –** Não sei aqui, Vereador. Não lembro. Se foi e se chegou, certamente foi enviado a V.Exa.

**O SR. JOSÉ POLICE NETO –** Então o correio falhou.

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) –** Às vezes tem o ritmo da Câmara.

**O SR. JOSÉ POLICE NETO –** Teve a greve do Correio.

Mas, na realidade, por que eu começo por esse questionamento? Uma questão objetiva. No dia três de julho o Executivo encaminhou para a Comissão a resposta de um requerimento que a gente tinha feito em maio. Então o de maio chegou em julho e foi possível notar que para as três transposições, cada uma está previsto 18 milhões de reais. Não passa ônibus com esses 18 milhões, ou então a gente vai enganar alguém. Mas também em todas as premissas estabelecidas no cálculo com aquilo que vai ser arrecadado, não se consome 25%, se consome 15%. Se dez vão ser retirados, a gente vai ter que cortar daqui 10% das



intervenções. Por quê? Porque ou a lei reflete o que vai estar escrito ou alguém vai ser enganado, porque aqui é uma conta simples, se arrecada dois e pretende-se gastar dois, tem que se saber com o que vai gastar para que a Vila Charlotte não corra o risco de ver suas obras realizadas e os vizinhos não. Haverá comunidade que espera por isso, do outro lado do rio, com muita expectativa, como as 17 comunidades que pretendem se urbanizar e é capaz de não conseguirem. Por que estou falando isso? O grande esforço que está sendo feito nessa Operação Urbana é ter, de fato, algum indicador, porque nenhuma teve até hoje. Ter indicador é ter o ponto inicial, em que se podem listar todas as intervenções pretendidas e todo o recurso previsto.

Portanto, não vai fazer se o administrador não quiser, porque todas as condições foram dadas pela lei. Essa questão me parece, absolutamente, fundamental para que o resultado da aprovação não seja uma nova discussão. Sem dúvida alguma que o conselho gestor tem de ter a responsabilidade de priorizar, ajustar projetos, mas não inverter a lógica do que o Parlamento aprova e o Prefeito sanciona, sob pena de não precisar de aprovação. É só pegar o que está aí, vamos para o conselho gestor, mudamos tudo e continuamos fazendo.

Por que são importantes os cálculos originais? Porque assistimos, nos últimos três ou quatro meses, um consumo de solo e de construção que não se esperava, quando se fez os cálculos e a aprovação ambiental nos anos anteriores. O cenário que se tem hoje é completamente diferente daquele da produção dos estudos. Esta Comissão assumiu uma responsabilidade, porque foi conversar com as pessoas e se comprometeu com elas e o principal compromisso é não faltar com a verdade. Se eu colocar mais obra que pode ser realizada, porque previamente já sei que o recurso não será suficiente, furou.

Essa não é uma questão das mais complexas, mas temos de nos sentar e fazer cálculo. Até agora, fizemos uma opção verdadeira de dialogar com todo mundo, mas não sentamos para calcular, até porque nem recebemos os cálculos originários, então, nem podíamos refletir em cima deles.

Por isso, Sr. Presidente, estou muito feliz com todo o processo feito até agora. Tivemos capacidade de escutar a Cidade, as comunidades e interpretar as prioridades, mas ainda não tivemos a capacidade de juntar todos os estudos realizados, as demandas apresentadas pela sociedade e a garantia de que a resposta que daremos ao aprovar a lei é que aquilo vai poder ser feito pelo Prefeito Haddad nesse mandato ou na sua renovação, se houver ou por aqueles que o sucederem, porque também foi falado, nessa Comissão, que essa Operação leva 15 anos. Portanto, a imprecisão dela pode levar o sucessor do sucessor desse mandato do Haddad, caso ele renove, e tenha compromisso muito mais com o que foi dito do que escrito na lei e realizar, mas e os outros?

Por isso, acho que ainda falta um pedaço que não é grande, mas temos de sentar e fazer cálculo.

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Vereador Police Neto, quero apenas fazer um comentário. O que estudamos, pelo menos, é o seguinte: se haviam obras a mais ou desnecessárias. Ao contrário, tudo o que vimos lá são obras, absolutamente, necessárias. Então, com dinheiro da Operação Urbana ou com o Orçamento da Prefeitura, o que está comprometido, terá de ser feito. Não houve, por parte do Executivo, certamente, leviandade em chutar dados ou informações.

Acredito que a Operação Urbana está, razoavelmente, bem amparada e bem estruturada.

**O SR. JOSÉ POLICE NETO** – Então, peço os cálculos que não foram entregues, por favor, porque para ter essa segurança que o senhor tem, eu preciso dos cálculos que foram demandados. Quero ter a segurança que o senhor tem, mas, para isso, quero os cálculos.

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Parto do princípio – olhe, que sou um Vereador da Oposição -, que o Executivo por meio de seus técnicos mandam as informações e fazem as previsões e os cálculos com relativa qualidade e certeza.

Hoje sabemos que em termos de arrecadação, a Operação Urbana vai bem. A pior

fase do mercado imobiliário estará por vir, mas não se prevê, nos próximos dois ou três anos, uma queda tão forte que impeça a arrecadação. Vamos torcer também, vamos manter um pouco de otimismo, e acreditar um pouco nos técnicos da Prefeitura, que normalmente fazem um bom trabalho. Só para não deixar as pessoas muito preocupadas.

V.Exa. tem razão de que é preciso receber os cálculos, vamos cobrar para poder transmitir mais segurança. Gostaria de encerrar, porque as pessoas estão cansadas e querem voltar à casa. A Prefeitura ainda não equacionou a questão do transporte público, portanto, é difícil voltar para casa, apesar das novas faixas de ônibus. Por isso, gostaria de poder encerrar logo.

Com a palavra o Vereador Nabil Bonduki.

**O SR. NABIL BONDUKI** – Também gostaria, mas, como foram levantadas algumas questões, quero me manifestar brevemente sobre elas. Primeiro, acredito que a questão do conselho gestor – levantada aqui – ainda merece alguns acertos. Concordo que devemos prever um representante da Subprefeitura da Lapa, além da Secretaria das Subprefeituras. Acredito que seja importante prever, pelo menos, uma pessoa eleita, diretamente, da população moradora da região. Porque os representantes não necessariamente representam a população que mora na região. Por isso, acho importante ter um representante do perímetro da Operação. Quero propor que acertássemos essa questão do conselho gestor, que é muito importante.

Outra observação, em relação ao Colégio Renascença, que foi apresentado aqui, acho que uma pequena alteração no viário poderia resolver. Não vejo problema, considerando que se trata de um colégio sem fins lucrativos e que a mudança no viário não alteraria substancialmente o projeto. Não sei se os Vereadores da Comissão concordam com essa posição.

Outra questão é em relação aos centros de treinamento, principalmente, do Palmeiras. Gostaria de antecipar a devolução do centro do Palmeiras para a mesma data do

São Paulo para criar uma isonomia e para ter um horizonte de dez anos – não tenho nada contra o Palmeiras, nem a favor do São Paulo e nem de nenhum outro clube. Isso dá um equilíbrio em termos de áreas. Essa é uma questão que precisaria ser acordada entre os Vereadores, o Palmeiras e o Executivo. Não é uma questão simples, porque há um contrato até 2076, mas se conseguirmos algum acordo, ou pelo menos, prever um parágrafo na lei dizendo que deve ser feito entendimentos para esse tema, que acho importante.

Em relação à questão da ponte, acredito que hoje transporte coletivo, bicicleta e pedestres são combinações, absolutamente, importantes e complementares. É claro que não devemos ter – como previsto – ligações com a Marginal. Há previsão das ligações da zona Norte com a área que vai permitir que as pessoas pudessem fazer esse trânsito de maneira mais adequada.

Finalmente, em relação às questões do Vereador Police Neto, acredito em duas coisas. Primeiro, com 1,850 milhão de Cepacs previstos, aliás, um pouco mais que isso, quase dois milhões de Cepacs, ao custo mínimo de 1,5 mil reais, temos condições de arrecadar, no mínimo, três bilhões. Entretanto, é óbvio, que à medida que essa Operação for caminhando e as obras começarem a ser feitas, os leilões gerarão um valor acima desse. Portanto, a previsão de arrecadação certamente será maior. Só que num intervalo de dez anos, é difícil prevermos, exatamente, quanto será arrecadado. O mínimo será três bilhões e, certamente, será mais que isso, ao longo desses anos frente à importância dessa área.

Por isso, acredito que – como o Vereador Andrea Matarazzo comentou – se as obras são necessárias, se há previsão de uma arrecadação acima dos três bilhões previstos, certamente, ao longo do tempo, elas poderão ser arrecadadas. Quero chamar a atenção do seguinte: uma Operação Urbana que leve dez ou 15 anos é um prazo muito estendido, muito longo. Nesse período, talvez, sejam necessários ajustes. Hoje, por exemplo, na Operação Urbana Faria Lima, temos recursos sobrando cuja destinação não está claramente definida. Então, ao longo dos próximos dez ou 15 anos, que será o período de arrecadação, certamente,

algum ajuste no plano de obras será necessário.

É isso. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Obrigado, Vereador Nabil Bonduki. Falta só uma pergunta que ficou sem resposta. Pedirei ao Weber que responda ao Vereador Paulo Frange, o mais resumidamente possível, a respeito da criação da SP Urbanismo.

**O SR. WEBER SUTTI** – É simples. Está sendo feita uma alteração na lei de criação, que foi uma lei de cisão. Quando se cindiu a Emurb em São Paulo Obras e São Paulo Urbanismo, São Paulo Obras ficou com a competência de executar as obras e com uma série de possibilidades de instrumentos de gestão, de convênios, parcerias e São Paulo Urbanismo ficou com todo passivo da empresa, que não é pequeno, e com uma única forma de remuneração, prestação de serviços para a Administração Direta. Isso levou, hoje, a São Paulo Urbanismo a ser uma empresa que não consegue responder às necessidades da sociedade.

Por isso, qual a ideia que estamos trazendo para a lei? Não é fazer a São Paulo Urbanismo executar obras, nem criar outra empresa. É modernizar no sentido de possibilitar que a São Paulo Urbanismo possa utilizar os mesmos mecanismos atuais e modernos que existem na gestão da São Paulo Obras na realização da sua competência, que continua sendo desenvolvimento de projetos. Não há mudança, não há criação de empresa. É isso que está escrito.

**O SR. PAULO FRANGE** – Mas, podendo desapropriar ou construir?

**O SR. WEBER SUTTI** – A desapropriação é ato exclusivo do Prefeito por meio de Decreto Desapropriatório.

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Não é transferível.

**O SR. WEBER SUTTI** – Quis falar ao Gustavo, que é Diretor da São Paulo Urbanismo, para que não ficasse uma causa própria, porque é uma questão de Governo. As empresas públicas ou conseguem ter sustentabilidade ou se cria algo fictício. Existe uma empresa, porém não é viável, porque a lei que a rege, torna-a praticamente insustentável. Mas

vou passar a palavra ao Gustavo, que tem a competência para esclarecer esse assunto.

**O SR. GUSTAVO PARTEZANI RODRIGUES** – Vereador Paulo Frange, sua pergunta é bastante oportuna e um ponto mencionado, nessa noite, repetida algumas vezes chama-se gestão. As ineficiências da Cidade; citada a Faria Lima, pelo Vereador Nabil e a Água Espriada e a Água Branca; são falhas de gestão. Quando a São Paulo Urbanismo foi criada, sentiu-se falta, no caráter da função da empresa, essa qualidade de gestão. Ela não tem condição de responder à gestão merecida e necessária das Operações Urbanas, não é apenas da Água Branca, são todas as outras. Esse termo foi colocado para modernizá-la, fortalecê-la, acelerar os processos de transformação urbana e dar, de fato, a celeridade que a Cidade precisa.

Envergonha-nos, como Executivo, termos de falar que há dinheiro em caixa e não temos condição ou temos certa demora em prover habitação, drenagem, sistema viário, transporte coletivo, ciclovias, descontaminação de solo, meio ambiente e outros. Por isso, a necessidade de modernização. Com isso, a São Paulo Urbanismo vai ganhar força sim, vai se modernizar para poder, de fato, acelerar e resolver a Cidade naquilo que está sendo proposto. Essa é a ideia com esse artigo.

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Perfeitamente. Tudo isso, obviamente, com bons gestores, porque a empresa sozinha não tem condições.

Muito obrigado ao pessoal do Executivo, mas, principalmente, a vocês pela paciência de todos esses anos e por terem participado tão ativamente dessas audiências públicas.

Muito obrigado. Desculpem pelo horário. Obrigado aos Srs. Vereadores e até a próxima...

- Gravação interrompida.